

O POVOADO DOS ARRECIFES E O BALUARTE HOLANDÊS DO SÉCULO XVII

Elisabeth Medeiros

Esta pesquisa trata do problema surgido em torno da autoria do Baluarte Porta da Terra e do muro construído na zona portuária da Ilha do Recife. O tema tratado situa-se cronologicamente no século XVII. Neste século, a Capitania de Pernambuco vai experimentar os efeitos de uma alternância de poder que vai deixar marcas no espaço urbano que se manifestarão com uma alternância de destaque¹.

É no contexto dessa alternância de construção e demolição, que vão surgir certas imprecisões que serão a origem do problema da autoria desses monumentos. Problema que vai se originar gradativamente desde o século XVII, para tomar forma teórica no século XX.

Existem duas explicações em torno da autoria. Os que afirmam que o Baluarte e o muro seriam de autoria portuguesa. Outra corrente sustenta que ambos monumentos teriam sido realizados pelos holandeses que dominaram a Capitania de Pernambuco de 1630 a 1654.

O problema se baseia na existência de supostos padrões construtivos que teriam caracterizado tanto as obras portuguesas como as holandesas. As técnicas construtivas em pedra teriam sido utilizadas pelos portugueses, e os procedimentos de construções holandeses teriam se limitado ao uso da taipa. Essa distinção estaria fundamentada na relação dos Fortes da Capitania de Pernambuco que permite verificar a utilização da taipa nos fortes construídos pelos holandeses. A atribuição da taipa como padrão construtivo holandês se limita a uma generalização sobre esta relação dos fortes. E como corolário poderia ser assimilada à construção holandesa.

Partindo desse postulado, o baluarte porta da terra e o muro teriam sido feitos pelos portugueses antes da chegada dos holandeses. No entanto, os estudos da iconografia da época, da documentação do arquivo ultramarino²³ e dos Documentos Holandeses⁴ forneceram outras informações que levaram a questionar a versão sobre a autoria portuguesa dessa fortificação.

Não entanto, existem evidências iconográficas⁵ da época, assim como documentos do arquivo ultramarino que fornecem outras informações e que permitem reconsiderar a versão sobre a autoria portuguesa deste monumento.

Esse trabalho tem como objetivo analisar a confiabilidade dos fundamentos das interpretações sobre a autoria do Baluarte Porta da Terra e do muro subsequente a ele; além de dispor de dados arqueológicos sobre a estrutura da muralha.

O trabalho apresentado sustenta a hipótese de que a autoria corresponde aos holandeses, e para a confrontação desta hipótese, serão contrastados os dados disponíveis nos registros documentais, iconográficos e arqueológicos.

Os documentos que registram o passado refletem a maneira como os fatos são transmitidos nas sociedades de cultura escrita. Mas os registros da História informam sobre os acontecimentos, segundo a ótica de quem os escreveu ou dos interesses de quem os mandou escrever. Assim, é possível distinguir a descrição acontecimentos, num contexto interpretativo destinado a criar um consenso ideológico nos destinatários. A História tem produzido documentos sobre os fatos acontecidos, mas também, com frequência, tem calado outros. Esse silêncio pode ser voluntário, respondendo a diversos interesses dos Estados, mas a força da omissão pode assim apagar episódios e, sobretudo, introduzir distorções nas lembranças que fazem a memória e a tradição de uma sociedade.

Diversos são os recursos com os quais a pesquisa pode esclarecer os fatos acontecidos. Hoje, cada vez mais se integram registros de outra índole, como o resultado do desenvolvimento dos recursos técnicos que permitem registrar, tais como os recursos visuais e os verbais. Na confrontação dos documentos históricos e dos vestígios dos componentes materiais da história que fizeram parte dos acontecimentos, a disciplina arqueológica contribui com reconstruções do passado ou apenas com uma maior precisão dos conteúdos da memória social. Os procedimentos de pesquisa da arqueologia descobrem novas evidências materiais que podem contradizer ou confirmar as versões diferentes da História.

Essa retificação da História pode acontecer tanto a partir de achados que levantam problemas em face de versões existentes contraditórias, como do questionamento de fatos interpretados por outros

registros da tradição oral. O ponto de partida da pesquisa pode estar constituído por menções de origem mítica, as quais acompanham a explicação de fatos, gerando paradoxos de difícil esclarecimento.⁶

É o que parece ter acontecido quanto aos aspectos da historiografia nacional com relação ao período da presença holandesa na Capitania de Pernambuco. Foram somente 24 anos de existência de um pólo de atividades comerciais, concentradas apenas no istmo do porto dos Arrecifes da Vila de Olinda. A instalação da colônia holandesa na Capitania de Pernambuco tem sido apresentada, pela versão portuguesa, como uma aventura do governo holandês que teria tomado de surpresa as autoridades da Capitania de Pernambuco⁷, o qual teria ficado enquistado durante quase três décadas na área do porto, defendendo-se permanentemente dos ataques dos portugueses⁸.

Na base dessa interface interpretativa lusitana e holandesa, pode-se considerar um enfrentamento dos interesses de ambos os atores dessa contenda. Uma diferença de interesses e de estratégias parece evidente entre ambos, mas em primeiro termo existem importantes diferenças de identidade. O Portugal do século XVII continua avançando de forma decidida sobre o território do Brasil colonial, ignorando os compromissos assumidos pela assinatura do Tratado de Tordesilhas⁹, segundo o qual Portugal deve restringir os limites de sua implantação de assentamentos a uma bem delimitada e estreita faixa territorial. Nesse sentido, a presença armada holandesa no território português, a qual corresponde ao legitimado pelo dito Tratado, será questionada não apenas pela força mas também nas diferentes instâncias jurídicas internacionais. O rei de Portugal tem uma base jurídica de sustentação para argüir em face a uma usurpação de posse territorial por parte da Holanda, apesar dessa não ser signatária do Tratado.

Do lado holandês, o objetivo principal não é apenas uma expansão territorial do Estado. O segundo ator desse enfrentamento é uma empresa comercial de projeção internacional, a Companhia das Índias¹⁰, para a qual o verdadeiro objetivo é o lucro que pode ser obtido pelas operações comerciais ainda precariamente desenvolvidas. O lucro exige eficiência e exige capital, que deve ser invertido de maneira adequada para atingir sua maior rentabilidade. Interesses de Estado se contrapõem a interesses comerciais. As estratégias serão adequadas às prioridades dos objetivos de ambas as entidades. Os interesses de Estado de Portugal são também econômicos, mas apresentam um aspecto principal privilegiando a honra, o que se harmoniza melhor com os valores católicos dos países ibéricos. Os

interesses do Estado de Holanda, econômicos também, apresentam-se por meio dos interesses de uma empresa comercial que prioriza o lucro e se enquadra melhor aos valores protestantes.

A abordagem portuguesa do período holandês conjuga na sua versão do acontecido uma minimização do período, uma omissão sobre o que foi a herança holandesa nos planos técnico e cultural, atribuindo-lhe intervenções destrutivas, componentes todos destinados a apagar a presença holandesa da memória da História do Brasil. Assim, os holandeses teriam incendiado¹¹ Olinda e se concentrado no istmo do Porto dos Arrecifes. As proporções desse incêndio geram certas contradições e dúvidas sobre o acontecimento, pois as pesquisas arqueológicas realizadas até agora não mencionam a presença de camadas de cinza, que deveriam constituir verdadeiros estratos de sedimento de ter sido uma ação premeditada e organizada. Mas o incêndio de Olinda teria acontecido um ano depois da tomada do território, em 1631, e a queima total de uma cidade não teria beneficiado uma companhia comercial¹². Esse é apenas um exemplo, da série, os quais podem ser levantados como possíveis retificações da história. Nesse caso específico, a procura de evidências estratigráficas de queima em toda a área habitada no século XVII seria o procedimento arqueológico para demonstrar ou negar um comportamento comercialmente surpreendente.

A pesquisa arqueológica aplicada aos vestígios do patrimônio histórico de uma cidade poderá fornecer dados de natureza factual para confrontar as explicações.

Reconsiderando a documentação disponível, existem claras menções de que os portugueses, sim, teriam destruído o pouco que existia no istmo do Porto dos Arrecifes antes desse cair em mãos holandesas. A documentação também indica que ao recuperar o antigo porto dos Arrecifes, o governo português teria optado por destruir o casario para reconstruir segundo os padrões construtivos da colônia portuguesa. Desse modo, teriam sido demolidas as casas de estilo holandês¹³, principalmente as de madeira, conservando apenas os alicerces que foram reaproveitados na reconstrução.

O período holandês parece ter sido apagado sob o furor das armas lusitanas que expulsaram os invasores e concluíram um capítulo de pesadelo na história da Capitania. Essa é uma versão destinada a criar um mito colonial, pois a documentação indica que a saída da Companhia das Índias de Pernambuco foi o resultado de uma civilizada negociação que se traduz pelo pagamento de uma indenização¹⁴ de tal importância que a coroa endividou a Capitania de Pernambuco por um período

prolongado. A reconstituição da Vila segundo o padrão português teria como objetivo eliminar os vestígios urbanos da presença holandesa no Recife¹⁵. Acontecimentos que discordam das explicações lusitanas.

Nesse contexto situa-se o tema que é o objeto deste trabalho. Uma série de explicações geradoras de ambigüidades é retomada em relação à participação holandesa na construção do Recife, especificamente referente ao muro construído durante o período de ocupação holandesa, do lado marítimo do istmo, assim como o baluarte em conexão com ele. Segundo certos documentos, o muro e o baluarte teriam sido de autoria lusitana, segundo outros registros, a construção seria exclusivamente holandesa.

Ao se observar o cotidiano do período colonial, a classificação anterior torna-se infundada. Os materiais são irrelevantes, quando se percebe a urgência das construções de defesa nos períodos de guerra e a utilização dos materiais construtivos disponíveis para essas obras emergenciais. Grande parte das construções feitas nesse período foi edificada com terra. Tanto os fortes holandeses quanto os portugueses eram construídos da forma mais rápida e econômica, como se pode constatar pela existência da taipa nas estruturas arqueológicas encontradas no Forte Real do Bom Jesus (1630 a 1635) e no Arraial Novo do Bom Jesus (1635), duas fortificações genuinamente portuguesas.

O baluarte construído no ano de 1630, no período de dominação holandesa, foi feito originalmente em pedra de cantaria, com a função principal de proteger o povoado contra o avanço do mar. Se sua função principal fosse a defesa e não a proteção, o baluarte de pedra teria sido construído do lado do rio, já que o inimigo se abrigava no continente.

Para confrontar essa hipótese com os fatos disponíveis, foi analisada a documentação historiográfica e cartográfica do período holandês, procurando-se evidenciar os elementos factuais que sustentam tanto a origem portuguesa do Baluarte da Terra quanto a possibilidade de sua autoria holandesa. Os resultados historiográficos e cartográficos foram também confrontados com os dados obtidos na escavação arqueológica.

Análise da Documentação

Documentos Holandeses

As cartas holandesas ao Conselho dos XIX são recheadas de informações sobre o cotidiano do período de dominação batava no Nordeste brasileiro. Esses documentos foram traduzidos do francês para o português por Abdgar Renault, e publicados pelo Ministério da Educação e Cultura em 1945, no livro *Documentos Holandeses Vol I*.

Para este trabalho, foram analisadas oito cartas que compreendem o período de março de 1630 a novembro de 1631, e contêm informações desde a chegada dos holandeses a Pernambuco até a transferência do centro do poder holandês de Olinda para o Porto dos Arrecifes.

Os maiores problemas relatados desde a primeira carta estão entre a dificuldade para fortificar Olinda, os ataques constantes dos portugueses e brasileiros, a falta de materiais de construção e mão-de-obra qualificada para os trabalhos em alvenaria de pedra, e o avanço das águas do mar na área do istmo, principalmente na Aldeia do Recife.

As construções holandesas para o sistema de defesa, levando em consideração os incessantes ataques portugueses, podem ser consideradas como obras emergenciais de guerra. A urgência dessas obras e a falta dos materiais necessários levaram os holandeses a construírem suas obras com o que havia disponível no meio ambiente: madeira e areia.

Essa dificuldade em conseguir matéria-prima construtiva e a necessidade de importar tais materiais eram uma constante nas cartas de Weerdenburch ao Conselho dos XIX. Em 3 de abril de 1630¹⁶, é pedido o envio de materiais específicos para se construir em alvenaria, e na carta de 27 de julho de 1630¹⁷. São pedidos não somente os materiais como também mão-de-obra qualificada de pedreiros e canteiros.

Nas missivas de 16 de dezembro de 1630¹⁸ e 31 de maio de 1631¹⁹, é acusada a chegada de navios carregados de provisões. Provavelmente eram transportados também os materiais construtivos, já que existia a necessidade de lastrear os navios para possibilitar a navegação.

Henry Koster²⁰ descreve o istmo como uma linha de terra que parece surgir do meio das ondas. Mas o avanço do mar tornou-se um problema pela destruição que causava nas fortificações em terra e nas casas do povoado, próximas ao mar. Não seria difícil para os holandeses construírem sobre a água. O problema relatado era a falta de matéria-prima adequada para executar uma obra de alvenaria em torno da Vila do Recife, como está indicado na carta de 27 de julho de 1630²¹, “*da necessidade de se fortificar em alvenaria ao redor da aldeia do Recife, para garantir a ação da água*”. Por isso foram tantos os pedidos de envio de matéria-prima e de profissionais especializados em alvenaria e cantaria.

Documentos Portugueses

Carta do Mestre de Campo geral da Capitania de Pernambuco, Francisco Barreto de Menezes, a D. João IV, Rei de Portugal, datada de 23 de maio de 1655.

Nessa carta, Francisco Barreto apresenta a visita ao Reino de Cristóvão Álvares como engenheiro militar em Pernambuco desde 1620, por um período de 31 anos, dos quais 7 anos serviu aos portugueses e os outros 24 nas guerras “*que tão porfiados foram*”. Fez obras para os portugueses, como o Castelo do Mar (Forte do Picão), e no Arraial do Bom Jesus foi o construtor chefe.²²

Essa visita teve como objetivo a cobrança dos muitos serviços prestados e passar a informação a Sua Majestade sobre o estado da Bahia e Pernambuco. Cristóvão Álvares reclama pagamento pela execução de um projeto e obra contratada pelo Capitão-Mor André Dias de França, “*que foi governar a Capitania de Pernambuco e intentou cercar aquele lugar com uma forte trincheira de pedra e cal*”. Fez o desenho e deu início à obra, criando “*um meio baluarte na entrada daquele lugar*”²³, com uma altura de 3,30m para o lado do mar e 1,10m para o lado da terra, com capas de 5 ou 6 peças de artilharia.

O engenheiro português Cristóvão Álvares trabalhou tanto para os portugueses quanto para os holandeses. Provavelmente, não deve ter sido pago pelos holandeses, ou as dívidas das obras holandesas foram incluídas no valor pago pela Capitulação. Mas como se pode ver pela carta citada, a cobrança foi feita diretamente ao Rei de Portugal. “*...em que exercitei a arquitetura política vinte e sete anos com que gregui muitos mil cruzados que gastei nos vinte e quatro anos que exercitei a militar sem mercês nem premio algum. Se não só por não faltar ao serviço de Vossa Majestade que muito necessitava de minha pessoa digo que ...*”.

Documentos Históricos

Barlaeus descreve a entrada da Vila da mesma forma em que Frans Post a desenhou, os dois registros correspondem a uma mesma visão. *“da banda que entesta com Olinda, tem diante de si dois baluartes em forma de obras cornutas, um de pedra, olhando para o mar e para o porto, o outro de terra, pondo para o rio. Une-os uma cortina que corre entre os dois, defendida por uma paliçada. No meio dela abre-se uma porta para dar passagem aos que saem de Recife ou nele entram. O baluarte de pedra protege-se com sete peças de bronze; o de terra, provido de cinco peças de bronze e duas de ferro, serve de segurança do interior da costa e do exterior do porto*²⁴.

Documentos Iconográficos

Recife e Olinda foram bem representados pela cartografia do século XVII. Tanto nos desenhos como nos mapas, é possível identificar a evolução urbana narrada pela documentação e reconhecer cada um dos elementos dessa evolução, representado no seu tempo e na sua forma.

As imagens escolhidas para essa análise tiveram como finalidade identificar o momento em que o baluarte foi construído.

Imagem 1

Esta imagem representa o momento da invasão holandesa em 1630: *“DE STADT OLINDA DE PHARNAMBUCCO, VEROVERT BY DENE, GENERAEL HENDRICK C. LONCK”*, da autoria de Claes Jansz Visscher²⁵.

Esse trabalho não pode ser considerado simplesmente uma imagem, mas sim um relatório completo. É composto por um trabalho artístico com a paisagem na parte superior representando o caos da invasão; um mapa (planta baixa) da situação do Recife no momento da invasão com requintes de detalhes; um mapa de localização da região em relação ao Brasil; um detalhe da principal fonte de produção, o engenho de açúcar, e o relatório escrito nas duas laterais sobre a invasão holandesa à Pernambuco.

No trabalho artístico, a perspectiva na parte superior, podemos ver o Recife sendo incendiado por Matias de Albuquerque antes de abandonar a Vila e partir para o Arraial do Bom Jesus. É muito bem desenhado o Forte do Picão em forma circular e o Forte de São Jorge com aparência de um castelo quadrangular. O Recife está rodeado por uma paliçada, e apresenta a bateria montada na entrada da Vila, e a cruz plantada diante dela, essa mesma estrutura é representada na imagem T'Recife. A Igreja de Olinda está desenhada com uma torre gótica, que não corresponde a realidade, provavelmente é uma interpretação pessoal do artista, salientando a importância daquela construção.

Na Planta Baixa, a riqueza de detalhes mostra os navio em direção a Pau Amarelo, e o desembarque das tropas na praia e deslocamento em direção a Olinda.

É uma imagem de transição de poder. Pode ser considerada como registro de uma realidade vista de algum navio ancorado fora da barra do porto.

Imagem 2

Esta imagem tem autor desconhecido, encontra-se no Algemeen Rijksarchief - Arquivo do Reino Geral em Haia. O desenho foi executado em 1630 e mostra o Recife de posse dos holandeses onde as fortificações conquistadas, os Fortes do Picão e São Jorge, são representadas em perspectiva e acompanhadas de uma bandeira holandesa, e as outras obras, já executadas pelos holandeses no primeiro ano de dominação, estão representadas em planta baixa e não são identificadas com bandeiras.

É perceptível que a paliçada foi ampliada, podemos notar que o casario se concentra do lado esquerdo, e algumas linhas pontilhadas representam a diferença de nível percebida na imagem anterior e confirmada nesta. O Forte do Brum e o Madama Bruyne, já estão construídos ou em obras, assim como o Waerderbouch ou Três Pontas no continente. A Ilha de Antonio Vaz, já está ocupada e defendida pelos Fortes das Cinco Pontas e Ernesto, além dos redutos.

Esta imagem tem uma precisão cartográfica, e é remetida autoria à um profissional do nível do Andréas Drewisch.

Imagem 3

Esta imagem é uma planta cartográfica do Recife, tem a autoria de Andréas Drewisch e é datada de julho de 1630. Tem escala gráfica e direção geográfica. É a primeira planta que apresenta o Baluarte como é descrito na obra de Barlaeus, e evidenciado neste trabalho, pela arqueologia. A diferença entre os dois baluartes é identificável pela espessura do traço, o de pedra é mais grosso que o de terra.

Nesta imagem não é representado o arruamento do povoado do Recife. Só é vista a delimitação da área com a muralha ou paliçada contornando o povoado, e as fortificações que defendem o porto. É uma carta topográfica exclusivamente dos elementos de defesa do Recife.

Essa imagem foi utilizada por Bruno Romero²⁶ representando o primeiro sistema defensivo holandês montado no Recife, composto pelo Forte das Cinco Pontas, os quatro redutos de Antonio Vaz, o Forte Ernesto ainda em Antonio Vaz; o Forte Três Pontas no continente na confluência dos dois rios, O Forte do Brum no istmo e o Forte do Picão na entrada da barra. Como podemos perceber, o Recife foi rodeado por fortificações, privilegiando a defesa dos ataques oriundos do continente.

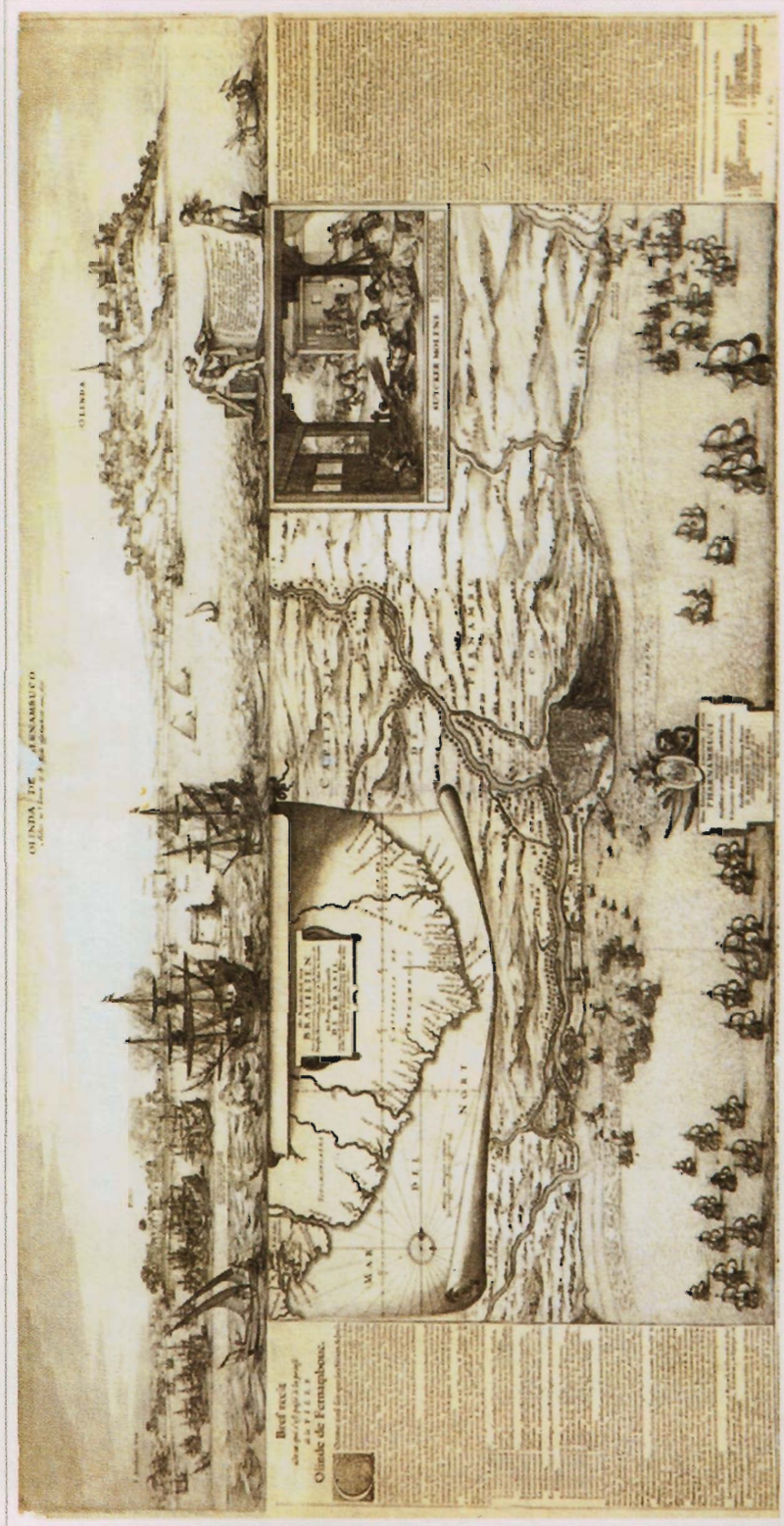
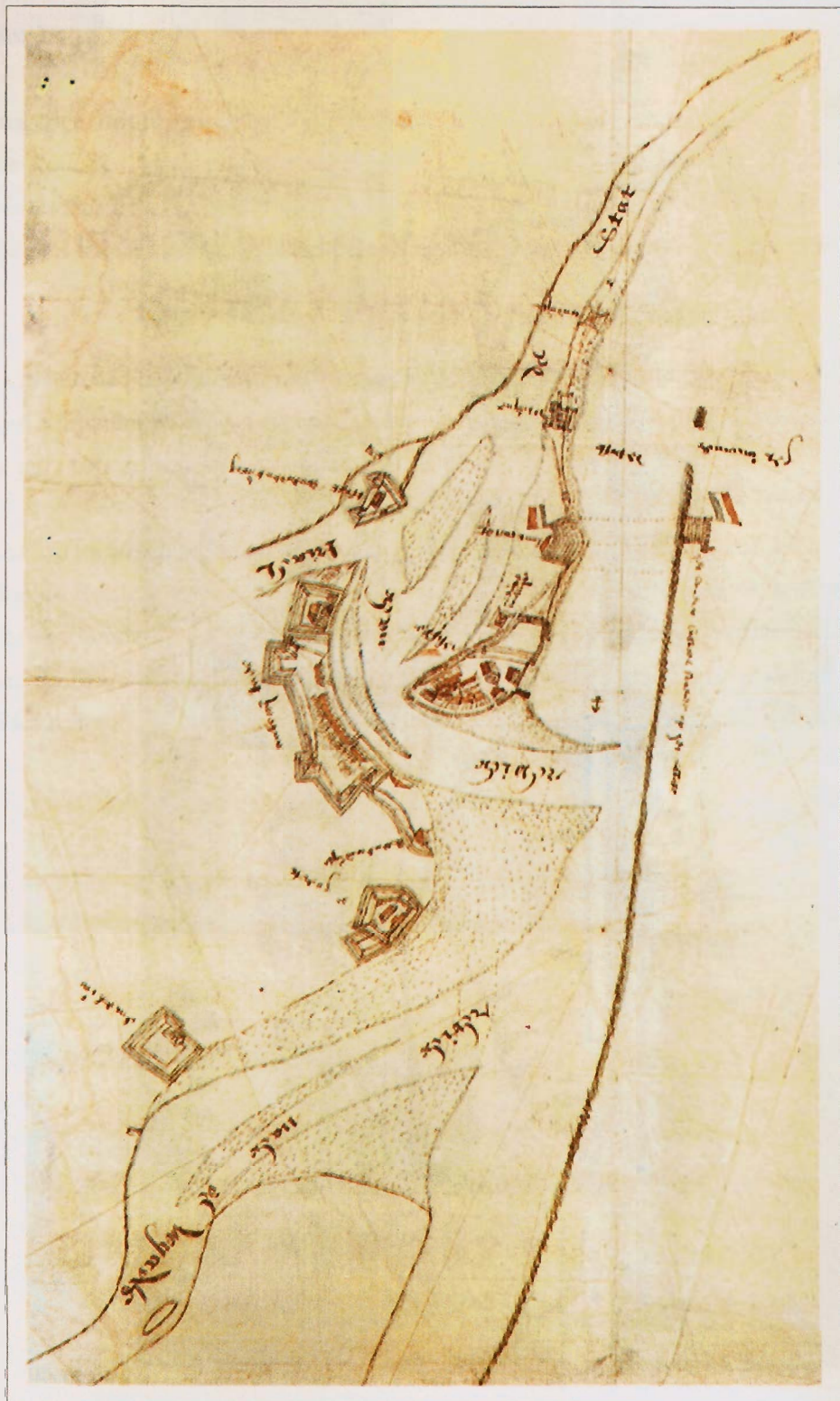


Imagem 01



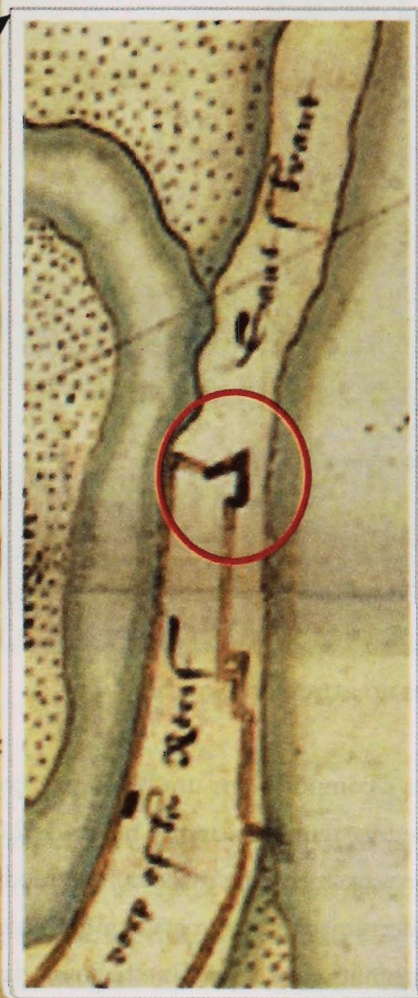
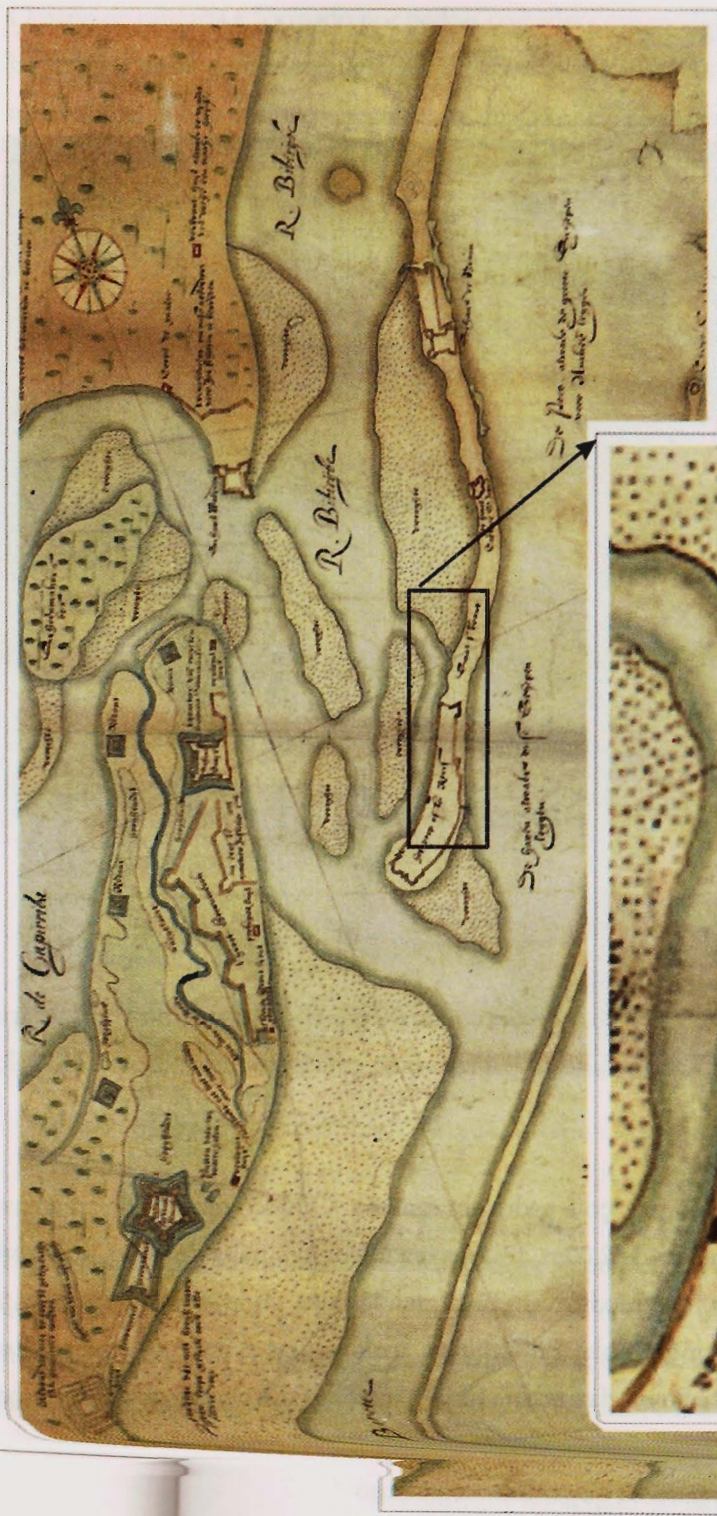
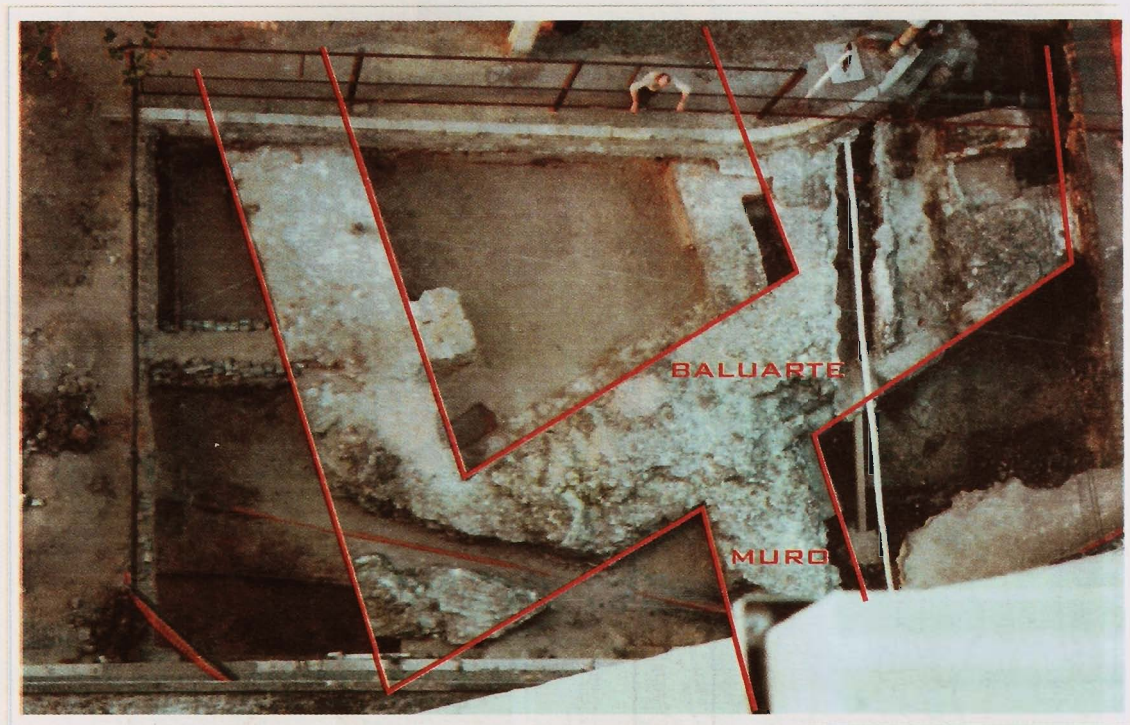


Imagem 03

Evidências Arqueológicas



Vista de topo da escavação

A escavação arqueológica evidenciou várias estruturas e os aterros que correspondem às várias etapas da evolução urbana do Recife. Uma delas é parte do Baluarte em pedra de cantaria, construído pelos holandeses no istmo sobre o mar.

O baluarte é composto por um bloco maciço e pedra em cantaria. O bloco maciço, de argamassa de cal e pedras, tem uma largura média de 2,00m, foi executado como a taipa de pilão, utilizando formas, provavelmente de madeira, que modulavam uma grande caixa onde eram depositadas as pedras e derramada a argamassa ainda mole. Em seguida, mais pedras e mais argamassa. Esse processo permitiu que as pedras estruturais da cantaria fossem introduzidas dentro do grande bloco maciço, à medida que a construção ia sendo executada. A marca dos moldes é possível ser observada nas laterais das estruturas, onde se encontra uma fina camada de argamassa que cobre o contorno das pedras formando uma superfície plana.

O pano de cantaria é formado por pedras cortadas com medidas não-regulares, mas de composição harmônica entre pedras retangulares e pedras quadradas. As pedras retangulares são depositadas umas sobre as outras sem rejunte de argamassa entre elas (pedras secas), e as pedras quadradas são elementos estruturais, chamadas de juntadouros, que têm um desenho específico para o engate no maciço da estrutura. Medem em média 1,70m de profundidade e seguram todas as outras pedras no alinhamento do tipo talude, não as deixando pender para frente.

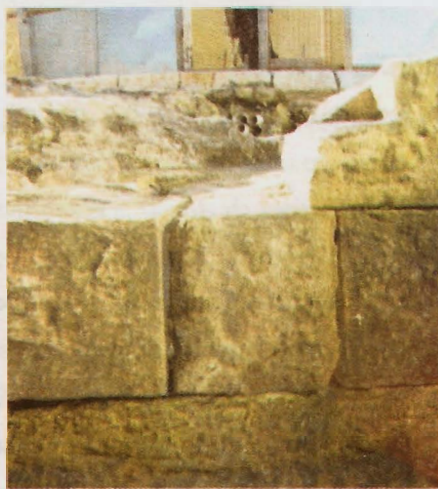


ENCAIXE DAS PEDRAS NO ÂNGULO ENTRE O FLANCO E A CORTINA

DETALHE DO ENCAIXE DAS PEDRAS ^ JUNTADOUROS ^



VISTA DE TOPO



VISTA DE FRENTE

Existe ainda uma composição de encaixe entre as pedras, amarrando os ângulos da estrutura. No ângulo entre a cortina e o flanco, elas se encaixam entrando uma pela outra, em alternância como numa alvenaria. No encontro do flanco com a face, elas são alternadas, uma linha é finalizada com uma pedra retangular que tem o acabamento do ângulo. A outra linha é terminada com duas pedras quadradas juntas. A pedra interna funciona como detalhe final do flanco, e a pedra final como acabamento do ângulo do flanco e promove o engate das pedras retangulares da face.

O BALUARTE FOI CORTADO. SUA ALTURA FINAL
É APRESENTADA EM FOTOGRAFIA, PODENDO SER
BALANÇADA DE 2 A 3 M MAIOR DO QUE SE ENCONTRA

PEDRA ESTRUTURAL

DIQUE

3,50m

NÃO TEM REGISTRO DA
PROFUNDIDADE DO DIQUE

MAR

BATENTE

Desenho esquemático da paginação da cantaria

A arqueologia evidenciou 7 sobreposições de pedras em cantaria, que correspondem a cortina, o flanco e a face do baluarte. Cada sobreposição mede em média 0,50m de altura, dando uma altura total, da primeira pedra até o batente, de 3,50m. As outras estruturas que compõem a parte interna do baluarte apresentam uma profundidade média de 2,40m. As escavações arqueológicas foram realizadas até a base das estruturas, mas as escavações das estacas²⁷ com a profundidade de 5,5m e a sondagem²⁸ com 12,5m de profundidade confirmaram a hipótese de que a estrutura foi implantada diretamente sobre a areia do istmo²⁹. O lençol freático se encontra a 1,50m de altura da base da estrutura comprovando que a construção foi executada dentro da água por um engenheiro experiente em obras de diques, aterros e arrimo.

A sondagem identificou a presença de material arqueológico até uma profundidade de 1,45m, ou seja, 2,85m do início da estrutura, restando somente 55cm para a base, onde aparece uma areia grossa e preta.

Considerações finais

O suposto padrão construtivo, criado para classificar as obras das fortificações do século XVII em Pernambuco, se estendeu além desses elementos de defesa, passando a generalizar a tipologia construtiva atribuindo aos portugueses todas as obras em pedra, e aos holandeses as obras em terra e taipa.

É provável que a inserção deste monumento neste suposto padrão construtivo, tenha ocorrido pela sua forma de baluarte. Mas nem sempre é a função que define a forma. O baluarte e o muro subsequente a ele foi construído com a função principal de proteger as casas da Vila contra o avanço das águas do mar³⁰, um muro de arrimo. Recebeu a forma de baluarte para também cumprir a função de defender a porta de entrada da Vila, mas não necessariamente era peça fundamental ao sistema de defesa holandês³¹.

Tanto os holandeses como os portugueses³² construíam em terra e taipa no período de guerra. Eram necessárias obras rápidas, com materiais construtivos disponíveis, e disso dependia o sucesso ou a derrota das lutas. As obras em pedra construídas pelos portugueses foram edificadas em período de paz, antes da chegada dos holandeses à Capitania de Pernambuco e, depois da retirada deles, nas reconstruções dos Fortes do Brum, Cinco Pontas e Orange.

Os holandeses eram grandes construtores, e fizeram obras urbanas no Recife que permaneceram até o século XX, como diques, aterros e pontes³³. É no domínio de obras sobre as águas que o holandês deve ser qualificado, e o Baluarte é uma dessas obras.

A iconografia demonstra que nos mapas portuguesas, anteriores a chegada dos holandeses, não existia nenhuma obra em pedra na entrada da Vila com forma de baluarte. O Baluarte só aparece, em 1630, na carta de Andréas Drewisch³⁴ um engenheiro holandês, que desenhou os dois baluartes na entrada do povoado e é claramente reconhecido, pela espessura do traço, o de terra e o de pedra.

Nos documentos escritos, analisamos a carta do mestre-de-campo-geral da Capitania de Pernambuco, Francisco Barreto de Menezes, a D. João IV, que constata a existência de uma solicitação de Cristóvão Álvares para pagamento por serviços de “arquitetura política e militar” prestados durante 34 anos,

dos quais 24 correspondem ao período da ocupação holandesa³⁵. Na dita carta ilustra-se como um desses serviços, a construção de uma *“forte trincheira de pedra e cal, com uma altura de 3.30m para o lado do mar”*, que por ser um trabalho encomendado por André Dias de França, que substituíra Matias de Albuquerque, remete aos dias que precederam a tomada do Porto dos Arrecifes pelos holandeses³⁶. Em consequência, a carta, que foi utilizada como parte das provas dos argumentos a favor da autoria portuguesa do muro e do baluarte, não poderia ser proposta como fundamento da arguição. Cristóvão Álvares, engenheiro construtor português, trabalhava tanto para os portugueses, quanto era homem de confiança para as obras holandesas. A participação desses recursos humanos portugueses nessas construções realizadas pelos holandeses não pode capitalizar o mérito da autoria.

Face ao argumento de que o baluarte e o muro não tenham sido feitos pelos holandeses, pois não tinham acesso à pedra arenítica, é preciso salientar a veracidade do fato. A pedra poderia ter sido enviada da Holanda, em resposta a uma solicitação escrita feita pelo Governador holandês Weerdenbouch, em 3 de abril de 1630³⁷, justificada pela impossibilidade de aceder aos canteiros de pedra no Brasil. A carta foi enviada, em qualidade de urgência, logo que foi tomada a praça do Porto dos Arrecifes, encaminhada por meio de um barco de transporte de correspondência, que era muito mais veloz que os que transportavam mercadorias³⁸. O cálculo das datas entre a solicitação e o tempo que levaria o transporte do barco de suprimentos e o aparecimento do baluarte na iconografia do período holandês mostra a viabilidade desse procedimento.

Os dados obtidos com a escavação arqueológica completam a argumentação apresentando uma estrutura que corresponde a parte de um baluarte em pedra, no local onde seria a entrada da Vila no século XVII. É uma estrutura única formada por pedras de cantaria fixadas em um maciço de pedra e cal e implantada diretamente sobre a areia do istmo, portanto não poderia ter sido reestruturada em período posterior. A complexidade técnica construtiva não foi repetida em obras portuguesas posteriores.

Da confrontação dos três tipos de fontes, o registro escrito entra em contradição com o registro iconográfico e arqueológico, a favor da hipótese proposta neste trabalho.

O mais chamativo nessa circunstância é o silêncio dos registros documentais sobre a autoria de uma obra de excelente qualidade, realizada com uma técnica de construção particularmente afinada, em

que, além da eventual finalidade de defesa, aplica procedimentos de obra que permitem dar início aos trabalhos de ganho de terras sobre o mar, procedimentos esses que eram uma especialidade dos holandeses que tinham uma tradição de ganhar terrenos ao mar na região de terras baixas das quais eram originários.

Notas

¹ Nos efeitos desse trabalho, entendemos alternância de destaque às construções e demolições urbanas que acompanham a alternância de poder entre os portugueses e holandeses.

² Arquivo Histórico Ultramarino

– Laboratório de Pesquisa e Ensino de História, Departamento de História

– UFPE.

³ Arquivo depositado no Departamento de História da UFPE.

⁴ Documentos Holandeses VOL I, Ministério da Educação e Saúde, Serviço de Documentação, 1945.

⁵ Os mapas e desenhos utilizados foram executados no século XVII, entre 1616 e 1637, que acompanhavam relatórios e ilustravam livros da época, era vários os autores dos relatórios e mapas: Drewisch, Lonck, Golijath, Albernaz I, Barleaus, etc.

⁶ Esse problema também é reconhecido por MELLO, J.A. em Tempos dos Flamengos 1987, p74 e 75.

⁷ CALMON, P. 1941, Op. Cit. p 85

⁸ MELLO, J.A.G. 1987, Op.

Cit, p 45

⁹ VAINFAS, R. Dicionário do Brasil Colônia, 2001. p559

¹⁰ SILVA, 1994

WIC, *West-Indische Compagnie*

, criada em 1621, tinha o conselho administrativo composto de 19 diretores, 18 dos conselhos regionais e um dos Estados Gerais: os XIX.

¹¹ MELLO, J.A.G, 1987. Op Cit, p.52 e 53./ COSTA, P. Revista do Instituto Archeológico e geographico Pernambucano, TOMO XI, 1904, p39

¹² BARLAEUS, G. Op.Cit. p.154.

Das Ruínas de Olinda nasce Mauriciópole.

“Transportou cada um para o Recife os restos e os entulhos vendíveis da cidade demolida, aproveitando os materiais em novas edificações...”

¹³ MELLO, J.A.G. 1987, Op Cit, p82 a 88.

¹⁴ SIMONSEN, R. 1977, Op. Cit. P. 120.

¹⁵ MELLO, J.A.G. Op Cit. p 80e81, 87. tipologia construtiva e as casas holandesas para os Portugueses eram consideradas como pocilgas.

¹⁶ Documentos Holandeses, Op. Cit. p 33.

- ¹⁷ Documentos Holandeses, Op. Cit. p 45.
- ¹⁸ Documentos Holandeses, Op. Cit. p 53.
- ¹⁹ Documentos Holandeses, Op. Cit. p 67.
- ²⁰ KOSTER, H. 1816, Op. Cit. p34.
- ²¹ Documentos Holandeses, Op. Cit. p 47.
- ²² MELLO, J.A.G, 1987, Op. Cit. p 87.
- ²³ Carta em anexo II.
- ²⁴ BARLAEUS, Op. Cit. p142.
- ²⁵ Claesz Jansz Visscher, Cartógrafo e pintor holandês, nascido em Amsterdã no ano de 1586.
- ²⁶ MIRANDA, B. 2003, Op. Cit. p. 87. Esse primeiro sistema defensivo holandês estaria concluído em 1637.
- ²⁷ As estacas foram implantadas para a realização do muro de arrimo necessário ao projeto do “museu a céu aberto” que está sendo realizado pela Prefeitura da Cidade do Recife.
- ²⁸ Sondagem realizada nos setores B1 e C1, que correspondem ao dique em “U”.
- ²⁹ Areia grossa de praia com cor amarelada.
- ³⁰ É relatada, em diversas cartas holandesas, a necessidade de se construir um muro em alvenaria para proteger a Vila do avanço das águas do mar. Documentos Holandeses, Op Cit, p33.
- ³¹ ROMERO, B.2003, Op. Cit, p 87
- ³² O Arraial do Bom Jesus foi construído em taipa, pelos portugueses em 1630.
- ³³ MELLO, J.A.G, 1978, p112
- ³⁴ Carta topográfica datada de 1630, desenhada pelo engenheiro Andréas Drewisch da Companhia das Índias Ocidentais, anexa a relatórios do governador Weerdenbouch.
- ³⁵ Carta em anexo II.
- ³⁶ CALMON, P. 1941, Op. Cit. p85
- ³⁷ Documentos Holandeses, Op. Cit. p 33.
- ³⁸ SCHMALZ, A. 1960. Cadernos Olindenses, naus, urcas e caravelas, enviadas pelos mercadores judeus de Lisboa ou da Flândia, chegavam constantemente no ancoradouro dos Arrecifes, atraídas pelo lucrativo carregamento de caixões de açúcares, trazendo, como carga de lastro, a mais variada espécie de material de construção.

Bibliografia

- ALBUQUERQUE, M. & LUCENA, V. Arraial Novo do Bom Jesus: consolidando um processo, iniciando um futuro. Recife: Graftorre, 1997.
- ALBUQUERQUE, M & LUCENA, V. Relatório da Escavação do Sítio arqueológico PE, no Bairro do Recife,
- ALBUQUERQUE, M. LUCENA, V. WALMSLEY, D. Fortes de Pernambuco, Imagens do passado e do presente. Recife, Graftorre, 1999.

- ANDRADE, M. C, Formação Territorial e Econômica do Brasil. Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana – 2003.
- _____. ARQUIVO ULTRAMARINO, Carta à D. João IV, código de acesso. N^o AHU_ACL_CU_015, Cx.6, D.534, ano 1655. Universidade Federal de Pernambuco, Documentação Ultramarina, 11^o andar.
- BARLAEUS, G. História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil. Recife: Fundação de cultura Cidade do Recife, 1980.
- BOXER, C. R, Os Holandeses no Brasil– Recife - -CEPE, 2004, 465p (Série Restauração Pernambucana; vol. 6).
- CALMON, P História do Brasil 1600-1700, A Formação. Série Brasileira, vol.176-A Companhia Editora Nacional, 1941.
- CASCUDO, L.C, Geografia do Brasil Holandês, Coleção dos documentos Brasileiros, José Olimpio Editora – 1945.
- COELHO, D. A. Memórias Diárias da Guerra do Brasil 1630-1638. Recife: Fundação de Cultura da cidade do recife, 1981. 395p. (Coleção Recife; vol 12).
- COSTA, P. Revista do Instituto Archeológico e Geographico Pernambucano, TOMO XI, 1904.
- _____. COMISSÃO EXECUTIVA CENTRAL DO SESQUICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL. História do Exército Brasileiro: perfil militar de um povo. Brasília: Edição do estado-maior do exército, 1972.
- _____. DOCUMENTOS HOLANDESES. vol 1, Ministério da Educação e Saúde, Serviço de Documentação, 1945
- SANTIAGO, D. L, História da Guerra de Pernambuco – Recife -CEPE, 2004 595p (Série Restauração Pernambucana; vol. 5).
- SIMONSEN, R.C. – História Econômica do Brasil, (1500/1820). Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1977.
- HOLANDA, S. B. de. A época colonial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993. v. 2.
- KOSTER, H Viagens ao Nordeste do Brasil.- ABC Editora – 2003.
- LUBAMBO, C. O Bairro do Recife no Início do Século, uma experiência de modernização urbana, Recife, MDU. 1988.
- MELLO, J. A. G. de. A Cartografia Holandesa do Recife, estudo dos princípios mapas da cidade do período 1631-1648, IPHAN/MEC, 1976.
- MELLO, J. A. G. de. Tempo dos Flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do Norte do Brasil. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1987.
- MELLO, J. A. G. de, Dois Relatórios Holandeses, Coleção da Revista História – São Paulo – Brasil.
- MELLO, J. A. G. de, Fontes para a História do Brasil Holandês, 1- A economia Açucareira. MEC SPHAN FUNDAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA – Recife 1981.
- MENEZES, J. L. da M. & RODRIGUES, M. do R. R. Fortificações Portuguesas no Nordeste do Brasil. Séculos XVI, XVII e XVIII. Recife: Pool Editorial, 1986.
- MENEZES, J. L. da M. As portas de um Recife fortificado. Recife: 2001.
- MENEZES, J. L. da M. Atlas Histórico Cartográfico do Recife – Recife FUNDAJ – Editora Massangana – 1988.
- PEREIRA DA COSTA, F.^a Anais Pernambucanos, volume 10, 1834 – 1850, Recife, FUNDARPE, 1985.
- REIS, N. G. Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

SCHUMALZ, A.C, Cadernos Olindenses – História, Edições Kathalon Vol I – 1960.

SILVA, M.B.Nizza, Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil. 1994, Editora Verbo, Lisboa-São Paulo. 840p.

WATJEN, H, O Domínio Colonial Holandês no Brasil – Recife -CEPE, 2004, 547p (Série Restauração Pernambucana; vol. 7).

VAINFAS , Dicionário do Brasil Colonial, Editora Objetiva,Rio de Janeiro 2001, 599p.